

Joana A. Coutinho\*

O livro *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*, de Lélia González (1935-1994), é fruto da organização cuidadosa de Flávia Rios e Márcia Lima (2020) de artigos, livros e entrevistas de Lélia Gonzalez ao longo da sua vida. Lélia nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no ano de 1935 e, como a maioria das famílias da classe trabalhadora, a sua também era bem numerosa: Lélia teve 17 irmãos, entre eles, o jogador de futebol Jaime de Almeida. Como também não é de se estranhar, as classes populares são o lugar onde a miscigenação se dá de forma intensa: seu pai, negro, ferroviário, e a mãe, indígena e empregada doméstica. Lélia, até esse momento Almeida, muda-se para o Rio de Janeiro em 1942, com sete anos de idade, com toda a família para acompanhar o irmão jogador. Em 1954 conclui os estudos básicos no tradicional Colégio Pedro II e mais tarde estuda história e filosofia pela Universidade do Estado de Guanabara (UERJ). Fez mestrado e doutorado em estudos antropológicos e políticos e começa a estudar questões de gênero e etnia.

Em 1964, Lélia adota o nome do marido, Luiz Carlos Gonzalez, com quem se casa, sendo esse também o ano que vai durar duas décadas da nossa história em razão do golpe militar. Um ano depois, seu marido comete suicídio. Tiveram que conviver com o racismo de sua família branca, que não conseguiu aceitar o casamento formal entre eles. Lélia passa a ser conhecida como Lélia Gonzalez. O interesse pela questão da mulher negra torna-se um dos pontos centrais das suas análises. É nesse momento que podemos dizer que surge o feminismo negro.

Ela foi uma ativista, intelectual-militante da causa negra. Fundou com outros companheiros o Movimento Negro Unificado (MNU) na década de 1970, militou primeiramente no Partido dos Trabalhadores (1982) e, mais tarde, no PDT (1986) de Brizola e Darcy Ribeiro. É nessa busca incessante pela identidade, sem perder a capacidade de pensar e agir (teoria e práxis), que vai formular importantes conceitos que estão presentes nesse livro. O livro está dividido em três partes: ensaios, intervenções e diálogos. Vamos destacar alguns textos dessa antologia que acreditamos ser preciosos para entender o pensamento e a importância da contribuição de Lélia Gonzalez.

\* Doutora em Ciência Sociais: Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora na Universidade Federal do Maranhão; coordenadora do Grupo de Estudos de Hegemonia e Lutas na América Latina (GEHLAL). E-mail: joaninahcouthinho@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8846-6491>

Primeiramente destacamos: a) “Por um Feminismo Afro-Latino-Americano”, capítulo que dá título ao livro. No texto escrito em 1988, ano que celebrava os cem anos da abolição da escravatura no país, e também ano em que é promulgada a Nova Constituição, depois de 21 anos de regime militar, Lélia chama a atenção para as condições de vida de homens e mulheres negros no Brasil e na América Latina, “[...] mostrando as contradições internas do feminismo latino-americano”. Trata de mostrar como, no movimento feminista, as mulheres indígenas e negras são excluídas. O foco da crítica está centrado, sobretudo, no feminismo que, embora tenha quebrado com tantos tabus – como o da sexualidade, tanto de mulheres como de homens – e feito uma crítica contundente à sociedade patriarcal, ao mesmo tempo se “esqueceu” da questão racial. Lélia Gonzalez faz um percurso parecido com o de Frantz Fanon, ou é influenciada por ele, ao recorrer a elementos da psicanálise para compreender a relação colonizado-colonizador introjetada nos primeiros. Essa relação estabelece uma visão de mundo eurocêntrica e gera, portanto, efeitos “neocolonialistas” que se manifestam na alienação “[...] de uma teoria e de uma prática que se percebem como liberadoras” (GONZALEZ, 2020, p. 141). O destaque está em perceber as sociedades latino-americanas como multirraciais e pluriculturais. Lélia recorre à psicanálise e mais especificamente a Lacan para compreender o processo de infantilização a que são submetidas as mulheres negras ou, nas suas palavras, “não brancas” e a forma como são convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação. A ideologia do embranquecimento exerce um efeito interno absoluto que leva a própria negação da raça e de sua cultura.

Lélia Gonzalez, nesse texto, retoma uma discussão cara para a esquerda e para os movimentos chamados identitários e sua relação com a classe social de pertencimento: desconstruir o mito da democracia racial tão propagada no Brasil e que oculta um racismo que alguns autores identificam como estrutural ou institucional. A crítica de Gonzalez aponta que a esquerda também assume a ideia de uma “democracia racial” que imperaria entre nós ao focar somente nas “contradições de classe”. É essa visão eurocêntrica que torna a esquerda – eu diria parte da esquerda neste momento – cúmplice da dominação que “pretendiam combater”. A questão parece bastante profícua quando pensamos na sociedade brasileira e nos deparamos com os seguintes números estatisticamente significativos: que 56% da população se declara como pardos (47%) e pretos (9%). Em uma sociedade com brutal desigualdade social, não é de se estranhar que a maioria dos negros (pardos e pretos) estejam na base da pirâmide social: são trabalhadores, proletários. Então a questão da classe permeia a questão da raça no Brasil. Jacques Roumain (1907-1944) e Aimée Césaire (1913-2008), entre tantos outros que discutem a questão da colonização e da negritude numa perspecti-

va de classe, nos induzem a pensar as particularidades das nossas formações sociais, produzindo conhecimento, e abominam o eurocentrismo das análises que permeiam os partidos de esquerda neste momento.

No texto *A categoria político-cultural de amefricanidade*, Lélia Gonzalez retoma a questão da colonização e traz um elemento a mais: racismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos. Aqui se faz importante reforçar os tipos de racismo que se dão de forma diferenciada na América Latina – os países de colonização saxônica e os de colonização ibérica: racismo aberto e racismo disfarçado. No primeiro, desenvolvido em países anglo-saxões, é negro quem possui antepassados negros; a miscigenação torna-se algo praticamente impossível. O que ocorre é uma segregação total dos grupos negros, como foi o caso da África do Sul, com a sua doutrina “igual, mas separado”. O contrário acontece nos países latino-americanos. Aqui imperou o racismo disfarçado, ou, segundo nominou Lélia Gonzalez, “racismo por denegação”. Em suas palavras, “[...] a chamada América Latina que, na verdade, é muito mais Ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação” (GONZALEZ, 2020, p. 130). Ameríndia é o termo usado pelo psicanalista Magno Machado Dias (MD Magno) em um congresso sobre psicanálise e linguagem nos anos 1980. Magno fala de uma América-Africana, faz alusão ao romance de Mário de Andrade *Macunaíma* e, a partir do nascimento deste, à questão da raça. Não no sentido

[...] físico-antropológico ou biológico do termo, mas no sentido de coalescência discursiva (aliás, é como Lacan define: raça como repetição discursiva) desse que, no texto, é chamado o herói da nossa gente – ou seja, aquele que poderia arcar com a posição paterna – certamente, tivesse ganho, às avessas, a batalha discursiva? (MD, 2008, p. 7).

Mas o que diz sobre o racismo latino-americano é que ele é “[...] suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (MD, 2008, p. 131).

A categoria amefricanidade aponta para um rompimento por meio da linguagem. Para romper com o que nos torna “cativos de uma linguagem racista”, a autora propõe “amefricanidade” ou americanos “para designar a todos nós” (GONZALEZ, 2020, p. 134). Para Lélia Gonzalez, as

[...] implicações políticas e culturais da amefricanidade são de fato, democráticas: exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a América como um todo (Sul, Central, Norte e Insular).

(...) a categoria da amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (...) que é afrocentrada, isto é referenciada em modelos como a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iourbá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de amerfricanidade está intimamente relacionada àquelas de pan-africanismo, negritude, afrocentricity. (GONZALEZ, 2020, p. 134-135).

Lélia acompanha o intenso debate que formulam Frantz Fanon, Jacques Roumain, Aimée Césaire, e a construção de uma identidade que é forjada na Europa. O movimento negritude tem uma dimensão anticolonialista, anti-imperialista e anticapitalista. Ou seja, a identidade é forjada num contexto em que a questão do negro e da inferioridade da raça e da cultura são questionados. A religião, considerada “primitiva” aos olhos dos colonizadores, brancos e cristãos, também entra na roda. Não se trata de superstição, mas, assim como a religião cristã, de uma série de mitos e lendas que tentam explicar a realidade. A religião é um percurso de encontro com essa identidade negra, de certa forma idealizada. Jacques Roumain, a respeito do preconceito racial, afirma que é de “excepcional importância o problema”, pois os políticos negros e mulatos buscam esconder a luta de classes. Mas o preconceito racial é a expressão sentimental da oposição de classe, da luta de classes. Entender essa amefricanidade é também se debruçar sobre a luta de classes nesses territórios, numa África idealizada, e nos territórios latino-americanos. Nesse sentido, Lélia Gonzalez é pioneira ao relacionar o racismo ao imperialismo. O racismo, em suas palavras, estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe “superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negro-africana e também à indígena.

O livro traz ainda textos que debatem a questão da mulher negra, a “mulata brasileira”, a questão da juventude negra – temas que a autora está debatendo entre a década de 1980 e 1990 e que são ainda tão atuais. A luta contra o racismo toma dimensões que levam para um anticapitalismo e anti-imperialismo e, nessa quadra da história que nos toca viver, a um antifascismo. O texto da Lélia é de uma atualidade assustadora, o que significa dizer que a luta é permanente e que conquistas num determinado momento podem se transformar em derrotas em outro. O número de assassinato de jovens negros nas periferias só aumentou nos últimos anos; a tarefa é tanto do ponto de vista teórico como da prática real do nosso cotidiano e requer negros e brancos, mulheres e homens participando ativamente para que o racismo desapareça da face da terra. Mas para isso é preciso que consigamos fazer desaparecer o capitalismo igualmente. Leitura necessária!

## Referências

- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 965-986, set./dez. 2014.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MACHADO DIAS, Magno. América Ladina: introdução a uma abertura. In: MACHADO DIAS, Magno. *Acesso à Lida de Fi-Menina: seminário 1980*. Rio de Janeiro: NovaMente Editora, 2008. p. 145-165.
- RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Introdução. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.